

PARTEIRAS “CURIOSAS”, “LEIGAS”, “TRADICIONAIS”, “DOMICILIARES”, “NÃO DIPLOMADAS”: uma sugestão de agenda de pesquisa

Soraya Fleischer*
Paula Viana**
Júlia Morim***

Resumo

A partir dos anos 1970, a vida e o trabalho das parteiras brasileiras têm crescido no país como tema de pesquisa acadêmica ou não. Diferentes áreas de conhecimento têm se dedicado a entender o parto domiciliar e suas atendentes. Por muito tempo, localizado nos estudos de Folclore e depois de História, Enfermagem e Saúde Coletiva, as técnicas obstétricas realizadas pelas parteiras do país foram documentadas. Mais recentemente, outras áreas têm se interessado também por essa realidade, como por exemplo Sociologia, Antropologia, Medicina, Artes Plásticas, Comunicação, Dança, Cinema, Direito. Ainda assim, há vários temas que poderiam ser aprofundados. Nessa sugestão de agenda de pesquisa, são elencados temas nesse sentido.

Palavras-chave: parteiras, parto domiciliar, técnicas obstétricas.

Abstract

From the 1970s onwards, the life and work of Brazilian midwives has grown in the country as an academic research theme or not. Different areas of knowledge have been dedicated to understanding home birth and its attendants. For a long time, located in the studies of Folklore and after History, Nursing and Public Health, the obstetric techniques performed by midwives in the country were documented. More recently, other areas have also been interested in this reality, such as Sociology, Anthropology, Medicine, Plastic Arts, Communication, Dance, Cinema, Law. Still, there are several themes that could be explored further. In this suggestion of the research agenda, themes in this sense are listed.

Keywords: midwives, home birthing, obstetrics techniques.

*Professora associada do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. Bacharel em Ciências Sociais (UnB, 1997), Mestre em Antropologia Social (UnB, 2000), Doutora em Antropologia Social (UFRGS, 2007) e Pós-doutora em Antropologia (Universidade de Johns Hopkins, 2016). Editora executiva do Anuário Antropológico (A2) e Editora da Área de Antropologia da BIB/ANPOCS (B1). Tem interesse pelos temas de saúde, adoecimento, cronicidade, sempre atenta ao SUS. É uma das coordenadoras do grupo de pesquisa CASCA - Coletivo de Antropologia e Saúde Coletiva/UnB. Atualmente, está pesquisando as consequências da epidemia do vírus Zika no Recife/PE e produzindo o Mundaréu, um podcast de Antropologia (UnB-Unicamp).

**Paula Viana é enfermeira-obstetra em Recife (PE), faz partos domiciliares e coordena o Grupo Curumim, uma organização não governamental feminista que desenvolve projetos de fortalecimento da cidadania das mulheres em todas as fases de suas vidas.

***Graduada em Ciências Sociais e com mestrado em Antropologia, ambos pela Universidade Federal de Pernambuco, vem atuando nas áreas de antropologia da saúde, patrimônio e memória. É pesquisadora do Grupo de Pesquisa Narrativas do Nascer (DAM/UFPE), integra a equipe que vem desenvolvendo a iniciativa Museu da Parteira, um museu em processo, e é representante da sociedade civil no Comitê Estadual de Estudos de Mortalidade Materna de Pernambuco (CEEMM-PE).

Introdução

A partir dos anos 1970, a vida e o trabalho das parteiras brasileiras têm crescido como tema de pesquisa acadêmica ou não no país. Diferentes áreas de conhecimento têm se dedicado a entender o parto domiciliar e suas atendentes. Por muito tempo, localizado nos estudos de Folclore e depois de História, Enfermagem e Saúde Coletiva, as técnicas obstétricas realizadas pelas parteiras do país foram documentadas. Mais recentemente, outras áreas têm se interessado também por essa realidade, como por exemplo Sociologia, Antropologia, Medicina, Artes Plásticas, Comunicação, Dança, Cinema, Direito. No entanto, ainda predominam dissertações e teses que, ao descreverem o fazer obstétrico nem sempre se dedicaram a contextualizá-lo devidamente, contribuindo assim para reforçar certo tom anedótico do partejar. Conhecer suas práticas e técnicas é importante como registro, inventário, memória, mas é preciso cuidado para não reproduzir estigmas e discriminação – experiências infelizmente vivenciadas de modo tão comum entre as parteiras. Julgamos que as técnicas obstétricas, embora mudem com o passar do tempo, já receberam muita atenção. Há outras temáticas esperando por reflexão.

Somos três estudiosas do partejar e das terapeutas populares e, acompanhando os estudos e os debates sobre as parteiras nos últimos anos, tomamos a liberdade de tentar reunir alguns temas que podem inspirar futuras pesquisas. Essa lista certamente não se esgota, é apenas uma primeira provocação. Aproveitamos uma oportunidade de um encontro presencial em Palmas/TO¹, no início de setembro de 2014², para, no intervalo do almoço de uma oficina de troca de saberes com parteiras Krahó, Xerente e Pankararu, fazer um intensivo criativo. Tentamos pensar juntas de que forma a pesquisa acadêmica poderia fazer avançar a visibilidade, o reconhecimento e os direitos das parteiras brasileiras. Assim, nós nos

aventuramos a pensar em focos que têm sido comunicados como relevantes pelas parteiras e suas parceiras institucionais, mas que ainda não foram tomados como esforço sistemático pelas pesquisadoras e suas agências de fomento. Nosso objetivo é reunir nesse documento algumas sugestões de cenários e fenômenos que precisam de reflexão e aprofundamento. Sabemos que muitas pesquisadoras (sobretudo aquelas que começam seus mestrados e doutorados) têm ótimas intenções, mas nem sempre têm tempo e estímulo para amadurecer temáticas socialmente relevantes. Aqui, portanto, fizemos esse esforço de sistematizar algumas sugestões. Estudos futuros poderão medir se nosso esforço frutificou.

1. Quem são, quantas são e onde estão as parteiras?

a. Primeiro, é bastante comum ouvir que “não há mais parteiras atuando no Brasil”. Que o partejar doméstico “é prática do passado”. Segundo, diante da informação oficial de que há parteiras atuantes na atualidade, é comum ouvir que são raras exceções. E, terceiro, que vez por outra surge a informação difusa de que no Brasil existem de 40 a 60 mil parteiras “tradicionais” atuantes. Um número aleatório que em determinadas situações pode ajudar a justificar o investimento financeiro para projetos voltados ao trabalho com parteiras. Em realidade, não há uma comunicação oficial e segura sobre o cômputo das parteiras brasileiras. Importante, portanto, é realizar um esforço de identificação e contagem dessas trabalhadoras.

b. Nossa sugestão é que seja feita uma “Pesquisa Nacional das Parteiras”³ para se conhecer, por exemplo, quem são (idade, raça/etnia, estado civil, prole, escolaridade etc.), onde nasceram e onde vivem e trabalham, se participam de cursos e oficinas, se são remuneradas, se já foram perseguidas e criminalizadas, se referem complicações obstétricas para as unidades de saúde, se trabalham dentro de equipes multidisciplinares na atenção primária de suas cidades, se compõem os

¹ Seminário “Parteiras Tradicionais do Tocantins: Avanços e Desafios” dentro do escopo do projeto “Diagnóstico da Situação do Parto Domiciliar no Tocantins e Cadastro de Parteiras Tradicionais”, executado pela Área Técnica de Saúde da Mulher e da Criança da Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins, Distrito Sanitário Especial Indígena

(DSEI-TO), Universidade Federal do Tocantins (UFT), com apoio do Ministério da Saúde do Brasil.

² Este texto tardou um tanto para ser publicado. Imaginamos que algumas das sugestões e pautas de pesquisa que aqui reunimos e sugerimos tenham sido levadas adiante por pesquisadoras ao redor do país e da região latina.

Conselhos Municipais de Saúde etc. Seria, assim, um censo das parteiras brasileiras.

c. A fim de aprofundar dados mais estatístico, sugerimos pesquisas que abordem a atuação das parteiras com olhar mais abrangente: o significado e os sentidos do ofício para parteiras e comunidades; práticas e formas de aprendizagem e transmissão dos saberes; dificuldades enfrentadas e soluções empreendidas para continuidade do ofício; categorias utilizadas para assistência à mulher. Enfim, um panorama mais qualitativo do ofício.

2. Aspectos relacionados ao trabalho das parteiras

a. É sabido que, em algumas localidades, as parteiras recebem agradados ou retribuição pecuniária das famílias atendidas. Mas a remuneração oficial das parteiras por parte do município ainda é realidade quase inexistente no Brasil. Ainda assim, valeria descobrir, no país e alhures, se e onde há casos precedentes de remuneração (por meio de cestas básicas, “bolsas”, “vales” etc.).

b. A viabilidade legal e burocrática de remuneração oficial das parteiras precisa ser conhecida. Por outro lado, vale entender quais são as complicações e resistências a essa remuneração. Entender esses gargalos, em termos jurídicos, mas também morais, servirá para conseguir avançar no reconhecimento pecuniário dessas trabalhadoras (Bessa e Ferreira, 1999).

c. Um dos compromissos dos governos locais é oferecer e reabastecer os “kits das parteiras”, com materiais para a realização de partos. Sabe-se, por outro lado, que essa tem sido uma dificuldade sistemática em vários municípios que contam com o trabalho das parteiras. Entender as razões dessa dificuldade se torna primordial para que os partos domiciliares possam continuar sendo seguros.

d. Nas últimas duas décadas, algumas parteiras têm se organizado politicamente na figura de Associações de parteiras (Pereira, 2014). Esse fenômeno tem sido pouco documentado e julgamos ser importante pelos efeitos de empoderamento coletivo e público que pode guardar.

⁴ A pesquisa “Mães de Umbigo”, realizada pelo Instituto Nômades, resultou na publicação de um livro com a história de vida de três importantes parteiras do estado de Pernambuco (D. Prazeres, de Jaboatão dos Guararapes; D. Zefinha, de Caruaru; Dora, da etnia Pankararu), todas elas são lideranças em suas localidades. Disponível para download em

- i. Quais são as associações que, atualmente, existem no país? Quais já existiram e por quais motivos foram desarticuladas?
- ii. Casos de sucesso e durabilidade poderiam ser historicizados mais profundamente.
- iii. Que vitórias foram logradas por meio das associações? Com que outros atores as associações conseguem dialogar e planejar ações conjuntas? As associações de fato conseguem avançar em temas caros às parteiras? As associações sofrem do risco de serem cooptadas por forças partidárias locais, reproduzir clientelismo entre as parteiras, reforçar hierarquias entre elas, por exemplo?
- iv. Biografar as lideranças das parteiras ao redor do país também é uma iniciativa importante. Esse tema não apenas valoriza o trabalho e trajetória de algumas mulheres que extrapolaram os quartos de parir e ganharam vocalidade e representatividade, mas também adensa os contextos e êxitos que cada uma somou ao movimento das parteiras⁴.
- e. A discriminação contra as parteiras tem sido documentada em várias pesquisas, embora surja como dado esparso, em meio a outros temas privilegiados.
 - i. A partir da inspiração deixada por Maria Lucia Mott (1994; 1999), uma contribuição indicada seria sistematizar historicamente a discriminação sofrida, sentida e experimentada pelas parteiras em diferentes partes do país.
 - ii. Para além da discriminação sobre seu trabalho, tem-se notado que há, geralmente comunicado pelo idioma laboral, preconceito de cor, gênero, geração e classe social em relação às parteiras. Não se pode perder de vista que, ao falarmos das parteiras, em geral, estamos falando de expoentes das camadas populares brasileiras que, estruturalmente, sofrem diferentes impedimentos para participar plenamente da vida cívica cotidiana.

<http://www.institutonomades.org.br/maes-de-umbigo/>. Como outro exemplo nesse sentido, Fleischer (2011) centrou-se na figura de D. Tabita Bentes dos Santos, importante parteira que atuou por décadas na região fluvial de Melgaço/PA.

- iii. Além de estudar a experiência da discriminação a partir de quem o vivencia diariamente, vale também estudar as representações e valores compartilhados por aqueles atores empoderados que, muitas vezes, criam os impedimentos para o exercício do ofício de parteira. Conselhos profissionais; hospitais; secretarias de saúde municipais e estaduais; conselhos municipais e estaduais de saúde; comitês municipais e estaduais de mortalidade materna; Ministérios da Saúde, da Previdência, da Cultura, da Educação, da Pesca; *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (IPHAN); casas legislativas nacional, estaduais e municipais; cursos universitários nas áreas de saúde; e cartórios são exemplos de instâncias que, de alguma forma, decidem sobre a prática profissional das parteiras e podem, por vezes, lhes apresentar novos e sucessivos empecilhos para a atuação.
- iv. Há diferentes percepções sobre as parteiras e seu trabalho dentro das categorias profissionais. Seria interessante conhecer quais são as afinações e também divergências entre o trabalho das parteiras e coletivos como, por exemplo, COFEN, CORENs, ABEN, ABENFO, CFM, CRMs, CONASEMS, CONASS⁵, etc.
- v. Pesquisa jurídica poderia ser realizada sobre processos administrativos e jurídicos de discriminação e condenação de parteiras. Há, de fato, parteiras sendo criminalizadas e encarceradas por exercerem seu ofício? Quantas são e como os processos foram conduzidos? Por quanto tempo cumpriram penas? Houve criação (ou reforço) de estigma uma vez em liberdade novamente?
- vi. Em tempos mais atuais, têm-se notícias de que representantes de programas oficiais de saúde desestimulam a atuação das parteiras em seus municípios. Por conta disso, as parteiras se retraem, mudam o nome de seu trabalho, escondem-se em outras atividades. Em relação ao encontro das parteiras com as autoridades hospitalares, há casos registrados de maus tratos, conflitos e recusa de atendimento das pacientes por elas encaminhadas? Em que instância esses casos teriam sido registrados?
- f. Além de conhecer as parteiras, é importante fortalecer os dados sobre o parto que acontece em domicílio.
- i. O registro do parto domiciliar é subnotificado no Brasil, inclusive em área urbana (Brasil, 2010: 14-18). Sugere-se que sejam investigadas as razões que impedem e/ou dificultam esse registro. Quais são os tipos de dificuldades? Parteiras urbanas enfrentam dificuldades semelhantes às parteiras de áreas rurais e periféricas para registrar seu trabalho e também o nascimento? Os entraves se concentram em quem requisita o registro ou de quem o realiza? Quais são as instâncias que negam o registro (hospital, cartório etc.)?
- ii. É possível que os cartórios e promotores da infância estejam preocupados com a ilegalidade e informalidade da “adoção à brasileira”. Contudo, esses agentes conhecem o trabalho realizado pelas parteiras? Como estreitar os laços entre as parteiras e os locais e atores do registro do parto domiciliar? Que materiais podem ser gerados para facilitar essa comunicação?
- iii. Do ponto de vista das mulheres, crianças e famílias que são assistidas, seria importante conhecer como veem suas parteiras e o trabalho que realizaram.
- g. As parteiras, individual ou coletivamente, têm estabelecido contatos profissionais e afetivos com vários outros atores.
- i. Quem têm sido mais comumente os atores a firmar parcerias com as parteiras? Como essas parcerias começaram e se estenderam? Como é a história da relação das parteiras com as organizações não governamentais, com as secretarias municipais de saúde, com o Ministério

⁵ COFEN: Conselho Federal de Enfermagem; COREN: Conselho Regional de Enfermagem; ABEN: Associação Brasileira de Enfermagem; ABENFO: Associação Brasileira de Obstetras e Enfermeiros Obstetras; CFM: Conselho

Federal de Medicina; CRM: Conselho Regional de Medicina; CONASEMS: Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde; CONASS: Conselho Nacional de Secretários de Saúde.

- da Saúde, com os movimentos feministas, por exemplo?
- ii. Estudar as parteiras e o parto domiciliar do ponto de vista das ONGs também é muito válido, como o Grupo Curumim – Gestação e Parto; Instituto Nômades; Cais do Parto.
 - iii. Outra história que precisa ser sistematizada e contada é a do Programa Nacional de Parteiras Tradicionais (PNPT), que foi por tantos anos sediado no Ministério da Saúde. Quando o PNPT surgiu e que políticas públicas o sucederam e nele culminaram? Quem comp o o PNPT até o momento, que atividades foram desenvolvidas, que publica es e eventos foram gerados? O trabalho das parteiras deve estar centralizado em um ministério voltado para o tema da saúde ou, de modo interministerial e interseccional, vários ministérios e secretarias temáticas seriam necessárias para abarcar a complexidade do partejar (Melo et al, 2013)? As parteiras percebem impactos positivos em seu labor a partir das a es do PNPT?
 - iv. Os programas estaduais para as parteiras, que existiram por algum tempo e em alguns estados, também devem ser melhor conhecidos. Por exemplo, através do PEPT, o Conselho Estadual de Saúde de Pernambuco publicou, em 28 de Maio de 1997, a Resolu o de n. 34 que recomendava o pagamento às parteiras do estado. A cria o, dura o e a es de PEPTs como esse ajudarão a consolidar uma memória da política pública voltada às parteiras.
 - v. Um inventário com um olhar voltado para a esfera cultural do trabalho das parteiras foi produzido até o momento (Pernambuco) (Instituto Nômades, 2010; 2011).⁶ . Esse inventário tem várias possibilidades de desdobramentos e usos, como, por exemplo, subsidiar políticas públicas, processos de patrimonializa o⁷, etc. Deste inventário
- desdobra-se a iniciativa Museu da Parteira⁸, um museu em processo (Morim, 2020), proposto pelas parteiras como necessário para salvaguarda de seu ofício. Assim, mapear e pesquisar a es nesse sentido também se faz necessário.
- vi. Reunir exemplos de políticas públicas inovadoras que envolveram as parteiras também pode ser útil para registrar precedentes e inspirar futuras a es. Isso também se estende às leis inovadoras que ainda estão tramitando nas câmaras estaduais ou nacional ou que já foram chanceladas e estão em vigor. O sítio eletr nico da Câmara dos Deputados, por exemplo, não só avisa as pesquisadoras cadastradas de qualquer movimentaa o nos Projetos de Lei (PL) acompanhados como também reúne todos os documentos anexados aos mesmos. Isso quer dizer que, na prática,   possível às pesquisadoras que conheçam os argumentos utilizados em todas as discussões públicas destes PLs, o que facilita em muito saber quem e por que razões apoia (ou não) o trabalho das parteiras brasileiras.
 - vii. Há possibilidades de parcerias com institui es da esfera privada? Quais estariam interessadas, que parcerias seriam possíveis e interessantes para os dois lados?
 - viii. Com o programa, como o da “Rede Cegonha” do Ministério da Saúde, multiplicaram-se as oficinas de trocas de saberes com as parteiras (antes chamados de cursos, capacita es ou treinamentos). Com esse novo volume de encontros e essa maior presença do Estado brasileiro em seus municípios nos últimos anos, como as parteiras veem e percebem esses cursos? Como os cursos e suas facilitadoras são percebidos uma vez que deixam o local? Como os cursos e oficinas são absorvidos na realidade local dessas mulheres? Quais têm sido os impactos dos cursos sobre as técnicas obstétricas,

⁶ Ver <http://www.institutonomades.org.br/v1/parteiras>.

⁷ Encontra-se em andamento, junto ao Instituto do Patrim nio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o processo de instru o de Registro do Ofício de Parteira Tradicional como Patrim nio Cultural do Brasil. O Departamento de Antropologia e Museologia da Universidade Federal de

Pernambuco, por meio de um Termo de Execu o Descentralizada (TED) com o Iphan, está realizando pesquisas em alguns estados do país a fim de elaborar o material necessário para finaliza o do processo: dossiê escrito, registro fotográfico e filme de apresenta o do bem.

⁸ Ver <https://www.facebook.com/MuseudaParteira/>

as políticas de saúde locais e o cabedal simbólico manejado por essas mulheres e suas clientes?

- ix. Nas últimas duas décadas, dezenas de pesquisas foram realizadas sobre o trabalho das parteiras e suas experiências de vida. Além de sistematizar esse conhecimento, avaliando os avanços teórico, metodológico e empírico que foi alcançado, vale também conhecer como as parteiras percebem as pesquisadoras que ficam alguns dias ou vários meses em sua companhia. Inspiradas pela pesquisa de Vagner Gonçalves da Silva (2000), que voltou para conhecer pais e mães de santo que haviam recebido antropólogos em seus terreiros nos anos anteriores, sugerimos que o impacto das pesquisadoras no campo do parto e das parteiras seja elicitado a partir das mulheres contatadas, visitadas, entrevistadas.

Aqui, portanto, arrolamos várias das questões que nos têm surgido a partir de nossas pesquisas e atuações práticas com parteiras e terapeutas populares ao redor do Brasil. Imaginamos haver muitas outras que aqui poderiam ser incluídas também. O intuito dessa comunicação é começar a sistematizar ideias e temas que precisam de criterioso e sensível aprofundamento científico. O intuito geral é, portanto, estimular que mais reflexão seja produzida sobre as parteiras, o parto domiciliar e, em geral, as políticas de atendimento à saúde e bem estar das mulheres.

Referências

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Parto e nascimento domiciliar assistidos por parteiras tradicionais: o Programa Trabalhando com Parteiras Tradicionais e experiências exemplares*. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. 90 p. (Série C. Projetos, Programas e Relatórios). Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/area.cfm?id_area=152. Acesso em 12/03/2015.
- BESSA, Lucineide Frota; FERREIRA, Sílvia Lúcia. *Mulheres e parteiras: contribuição ao estudo do*

trabalho feminino em contexto familiar rural. Salvador: GRAFUFBA, 1999.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo. “Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna”. *Ciência e saúde coletiva*, 2010, vol.15, suppl.1, pp. 959-966.

FLEISCHER, Soraya. *Parteiras, buchudas e aperreios: Uma etnografia do atendimento obstétrico não oficial em Melgaço/PA*. Santa Cruz do Sul/Belém: EdUNISC e Paka Tatu, 2011.

INSTITUTO NÔMADES. *Inventário dos saberes e práticas das parteiras indígenas de Pernambuco*. Recife: Instituto Nômades, 2010.

_____. *Inventário dos saberes e práticas das parteiras tradicionais de Pernambuco*. Recife: Instituto Nômades, 2011.

MELO, Júlia Morim de; MÜLLER, Elaine; GAYOSO, Daniella Bittencourt. “Parteiras tradicionais de Pernambuco: saberes, práticas e políticas”. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013, 12p. Disponível em http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1380747140_ARQUIVO_PARTEIRAS_TRADICIONAIS_DE_PERNAMBUCO.pdf. Acesso em 19/08/2015.

MORIM, Júlia (org). *Mães de Umbigo*. Recife: Bebinho Salgado 45, 2017.

_____. *Museu da Parteira: Que museu é esse?* Trabalho de Conclusão de Curso. Especialização em Museus, Identidades e Comunidades. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2020. 36 p.

MOTT, Maria Lucia. “Madame Durocher, modista e parteira”. *Revista Estudos Feministas*, v. 2, n. 1, p. 101-116, 1994.

_____. “A parteira ignorante: um erro de diagnóstico médico?”. *Revista Estudos Feministas*, v. 7, p. 25-36, 1999.

PEREIRA, Marina Santos. *Estudos sobre a associação de parteiras tradicionais no Maranhão*. São Luís: EDUFMA, 2014. 130p.

SILVA, Vagner Gonçalves da. *O antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre as religiões afro-brasileiras*, São Paulo, Edusp, 2000.